Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Fertilizantes Heringer S.A. ("Heringer" ou "Companhia"), com sede no município de Viana no Espírito Santo, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes.

A Companhia possui atualmente 19 unidades de mistura, distribuídas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Nordeste do Brasil, e 2 escritórios comerciais situados na Bahia e em Goiás. Ressaltando ainda que, no Paraná, além de uma unidade de mistura, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e uma unidade de produção de Super Fosfato Simples ("SSP").

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no segmento especial da BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação FHER3.

Aprovação das demonstrações financeiras

A apresentação dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 12 de março de 2018.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Situação econômica e financeira da Companhia

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 1.029.952, prejuízo do exercício e prejuízo acumulado nos montantes de R\$ 125.604 e R\$ 462.444, respectivamente.

Com a expectativa de crescimento do PIB em torno de 3,0% para 2018, a Companhia também trabalha com incremento real de seu faturamento. Com os cortes de despesas efetuados em 2016 e investimento na melhora de rede de vendas de produtos diferenciados em 2017, a Companhia espera atingir um resultado operacional superior ao verificado em 2017 e em linha com os seus patamares históricos, apesar dos desafios impostos ao capital de giro em virtude da alta verificada nos preços em dólares das matérias primas de fertilizantes em relação ao último ano e também dos riscos advindos de um ano eleitoral para Presidência da República. Também, como executado em 2017, o volume de CAPEX deverá manter-se baixo sem prejuízo às operações.

A Companhia conta com linhas de créditos com diversas instituições financeiras e com fornecedores, partes das quais não foram utilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ou foram renovadas até a data da apresentação dessas demonstrações financeiras. A administração da Companhia entende que as linhas de créditos e a geração de recursos durante o ano em curso são suficientes para manutenção do negócio da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além disso, com a melhoria do cenário econômico local bem como as expectativas da colheita para a safra de grãos, com reflexo no crescimento da demanda de fertilizantes de cerca de 2% para o ano de 2018, a Companhia deverá voltar à sua geração de recursos históricos para a redução do nível de alavancagem também através do incremento das entregas de produtos especiais, com maior valor agregado, alicerçando um crescimento mais rentável para os exercícios subsequentes.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017. Conforme mencionado na Nota 12, a Companhia decidiu apresentar os montantes das transações de "forfait" em rubrica específica do passivo circulante. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPCs, e que, no caso de outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) em suas demonstrações financeiras, enquanto que para fins de IFRS tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são: (i) perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; (ii) impostos e contingências; e (iii) valor justo de instrumentos financeiros; (iv) classificação dos fluxos de caixa gerados pelas operações de financiamento de importações de matérias-primas. Os detalhes estão descritos na Nota 2.3.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia, bem como as estimativas e premissas aplicadas aos itens mencionados acima, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2.1 Ativos financeiros

(a) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são incluídos nessa categoria, a menos que tenham sido designados como instrumento de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e depósitos judiciais.

(b) Reconhecimento inicial e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra (Nível I). Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade (Nivel II).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(d) Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(e) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(f) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de mitigar os efeitos da volatilidade do câmbio, principalmente sobre suas compras de produtos importados. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a contabilização de hedge (hedge accounting).

2.2.2. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível

à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de

caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

2.2.3. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.2.4. Conversão em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.2.5. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

As operações de compra de matéria-prima realizadas por meio de FINIMP - Financiamentos de Importação - são apresentadas como atividade operacional da demonstração dos fluxos de caixa pelo fato de estarem diretamente relacionadas com as atividades operacionais da Companhia.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

2.2.6. Reapresentação das cifras comparativas

Para adequação à forma de apresentação das demonstrações financeiras, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apenas os valores de Depósitos Judiciais vinculados à Provisão para Contingências, originalmente registrados no grupo de Depósitos Judiciais, no montante de R\$ 5.529 em 31 de dezembro de 2016, foram reclassificados para o grupo Provisão para Contingências. A reclassificação impactou também o fluxo de caixa no montante de R\$ 1.864 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nas rubricas de Depósitos Judiciais e Provisão (reversão) para Contingências, líquidas, nas atividades operacionais. Não houve impactos nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, do Resultado, do Resultado Abrangente e do Valor Adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, a administração identificou a necessidade de reclassificar a demonstração do fluxo de caixa, pela apresentação da movimentação dos fluxos de contratação e pagamento de principal de empréstimos e financiamentos originalmente apresentados na demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2016. As referidas correções não geraram impactos nos saldos do Balanço Patrimonial, nas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Valor Adicionado para o exercício findo naquela data.

	Como anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades de			
financiamentos			
Contratação de empréstimos e financiamentos	1.930.504	(577.733)	1.352.771
Pagamento de principal de empréstimos e		1077 7007	
financiamentos	(1.647.553)	577.733	(1.069.820)
Pagamento debêntures	(86.684)	-	(86.684)
Caixa líquido gerado pelas atividades de			
financiamentos	196.267	-	196.267

2.2.7. Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º. de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A administração revisou seus ativos financeiros e espera o seguinte impacto da adoção da nova norma em 1º. de janeiro de 2018: (i) Subcarteira de Contas a Receber – FIDC – Ajuste estimado no saldo de abertura em 1º de janeiro de 2018 é de R\$ 3.847 liquido de tributos, em contrapartida à redução do patrimônio líquido.

Não é esperado impacto na classificação e mensuração de pasivos financeiros, uma vez que a nova norma somente afeta os passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, classificação essa não adotada pela Companhia.

No que se refere ao novo modelo de impairment para ativos financeiros, a administração não espera um aumento significativo na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma. Os comparativos para 2017 não serão atualizados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º. de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A administração não espera impactos relevantes no reconhecimento de receita na adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018:

A administração irá adotar as novas regras a partir de 1º de janeiro de 2018, adotando o método retrospectivo modificado, isto é, sem a reapresentação das cifras comparativas do ano anterior (2017) e com os impactos acumulados da adoção inicial lançados integralmente contra lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018, se houver.

IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia tem em aberto. A Companhia tem R\$ 8.633 de compromissos com arrendamento mercantil operacional e estima-se que cerca de 80 a 90% referem-se a pagamentos de arrendamentos de curto prazo e/ou de baixo valor que serão reconhecidos linearmente como uma despesa no resultado do exercício. No entanto, a administração ainda não avaliou quais outros ajustes, se houver, são necessários, por exemplo, devido à alteração na definição do prazo da locação e ao tratamento diferente de pagamentos de arrendamento variável e de opções de extensão e rescisão. Por conseguinte, ainda não é possível estimar o montante dos ativos de direito de utilização e os passivos de locação que terão de ser reconhecidos na adoção da nova norma e como isso pode afetar o resultado da Companhia e a classificação dos fluxos de caixa futuros.

Esta norma é obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019. A administração pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia .

2.3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 11.

(b) Tributos diferidos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários diferidos estão suportadas pelas projeções de operações e lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(c) Contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 15. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(d) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.2. Julgamentos críticos

Classificação dos fluxos de caixa gerados pelas operações de financiamento de importações de matérias-primas

As operações de compras de matérias-primas realizadas por meio de FINIMP - Financiamento de Importação, são apresentadas como atividade operacional na DFC-demonstração dos fluxos de caixa, pelo fato de estarem diretamente relacionadas com as atividades operacionais da Companhia, por serem uma opção de compra utilizada exclusivamente para aquisição de insumos, e que suas condições básicas, prazos e juros, não apresentam divergências significativas em relação às compras diretas com fornecedores. As operações de FINIMP são utilizadas exclusivamente para aquisição de máterias-primas, diferente das outras modalidades de empréstimos que são utilizados principalmente para capital de giro.

3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, este último considerado pela Companhia como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em CDB (Certificados de Depósito Bancário) e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra pela instituição financeira), os quais são resgatáveis, sem penalizações, em prazo inferior a 90 dias da data das contratações.

		Taxa média	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Caixa e recursos em conta corrente			55.255	54.852
Aplicações financeiras Certificados de Depósitos Bancários (CDB) Operações compromissadas	(i) (ii)	94,4% do CDI 96% do CDI	11.595	2.633 7.06 <u>5</u>
			66.850	64.550

- (i) Essas aplicações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata.
- (ii) Referem-se a operações realizadas com instituições financeiras de primeira linha, e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras, sem limite de prazo ou carência.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos , as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa ("Impairment") é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. A avaliação da existência de *impairment* é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contas a receber no país Contas a receber no exterior Ajuste a valor presente	478.574 1.961 (4.463)	506.511 1.284 (6.744)
	476.072	501.051
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(38.365)	(33.983)
	437.707	467.068
Circulante	(437.688)	(466.987)
Não circulante	19	81

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o ajuste a valor presente foi calculado, tomando como base todas as operações de venda com prazo superior a 30 dias, com juros nominais das transações de 1,50% (1,80% em 31 de dezembro 2016) ao mês, através do método do fluxo de caixa descontado. A realização do ajuste a valor presente é registrada no resultado do exercício, na rubrica "Receitas Financeiras".

Os saldos de contas a receber no exterior estão denominados em dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais e ou dos saldos a receber.

Os valores justos das contas a receber de clientes se aproximam dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2017, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 51.062 (R\$96.063 em 31 de dezembro de 2016) encontram-se vencidas e não provisionados, pois se referem a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente, não existindo, dessa forma, expectativa de perdas sobre esses valores, ou para os quais a Companhia possui garantias reais. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	31 de dezembro <u>de 2017</u>	31 de dezembro de 2016
Até três meses De três a seis meses Mais de seis meses	1.653 843 48.566	24.592 7.505 63.966
	51.062	96.063

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui provisão para créditos de liquidação duvidosa ("*impairment*") no montante de R\$ 38.365 (R\$33.983 em 31 de dezembro de 2016), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Até seis meses Mais de seis meses	$\begin{array}{c} 238 \\ 38.127 \end{array}$	382 33.601
	<u> 38.365</u>	33.983

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Saldo inicial Constituição (reversão) da provisão (i) Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como	33.983 10.123	39.264 3.501
incobráveis	(5.741)	(8.782)
Saldo final	38.365	33.983

⁽i) Registradas na rubrica "Despesas com vendas", no resultado do exercício. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

Em 31 de dezembro de 2017, o adiantamento de clientes no montante de R\$ 205.053 (R\$215.122 em 31 de dezembro de 2016) decorre de antecipações efetuadas por clientes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: (i) matérias-primas e embalagens - custo médio das compras, usando-se o método da média ponderada móvel; e (ii) custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Matérias-primas e embalagens	669.736	509.231
Importações em andamento	67.235	179.332
Adiantamentos a fornecedores	24.846	3.717
Almoxarifado	11.816	12.790
Provisão para ajuste a valor de mercado (i)	(3.608)	(1.690)
	770.025	703.380

(i) Refere-se à provisão para resíduos de matérias-primas, cujo custo médio em estoque estava superior ao valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2017, alguns itens de matérias-primas, 15% da rubrica, estavam dados em garantia de operações com bancos e fornecedores (9% em 31 de dezembro de 2016).

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custos dos produtos vendidos" totalizou R\$4.099.653 (2016 – R\$4.334.917) nota 19.

6. Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i) Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii) Programa de Integração Social - PIS (i) IRRF sobre instrumentos financeiros derivativos	265.579 95.266 66.262 1.508	238.919 89.724 55.424 2.372
Outros	814	165
Circulante	429.429 (158.859)	386.604 (101.341)
Não circulante	270.570	285.263

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte por meio de pedidos de restituição, no valor total original de R\$310.212, protocolados na Receita Federal do Brasil entre agosto de 2009 e dezembro de 2017, bem como por meio de pedidos de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, com expectativa de recuperação até 2021.
- (ii) Serão utilizados na aquisição de ativo imobilizado e insumos para produção, além da utilização nas operações normais da Companhia. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2017, aprovação para transferências de créditos junto à autoridade estadual de São Paulo no montante de R\$517 e de Minas Gerais no montante de R\$28.891, e está em processo de aprovação para transferência de créditos junto à autoridades estadual de São Paulo no montante de R\$14.351.

7. Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ("impostos diferidos") relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dados a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (CSLL) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Imposto de renda a recuperar Contribuição social a recuperar	199.152 28.221	212.101 24.48 <u>5</u>
Circulante	227.373 (15.524)	236.586 (53.046)
Não circulante	211.849	183.540

Os saldos decorrem de antecipações realizadas por meio de Perdcomps – Pedidos de Ressarcimento de Pis e Cofins, e também IR fonte sobre rendas de aplicações financeiras e ganhos com instrumentos financeiros derivativos.

Serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte por meio de pedidos de restituição, no valor total corrigido pela Selic de R\$157.271, protocolados na Receita Federal do Brasil entre agosto de 2009 e dezembro de 2017, bem como por meio de pedidos de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil. Em 24 de janeiro de 2017, a União Federal promoveu o depósito do montante de R\$41,5 milhões, relativo a parte dos pedidos de restituição.

(b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos estavam compostos como segue:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativo:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social Diferenças temporárias:	260.124	191.107
Provisão para comissões sobre vendas	3.633	3.979
Ágio amortizado de empresa investidora incorporada	-	7
Provisão para contingências	11.113	9.360
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.911	3.462
Ajuste a valor presente	2.195	3.408
Provisão para perda sobre estoques e ajuste ao valor de mercado	1.227	575
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda	188	197
Perda não realizada com instrumentos financeiros derivativos	274	4.178
Outras diferenças temporárias	5.933	1.456
Passivo:	286.598	217.729
Ganho não realizado com instrumentos financeiros derivativos	(1.825)	(75)
Ajuste a valor presente	(3.825)	(3.656)
Imobilizado - custo atribuído (i)	(25.617)	(26.282)
Outras	(4.434)	(4.067)
	(35.701)	(34.080)
Líquido	250.897	183.649

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Refere-se aos tributos diferidos passivo calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do Pronunciamento Técnico - CPC 27 – Ativo Imobilizado.

O valor recuperável dos tributos diferidos ativos utilizam projeções de lucros tributários futuros, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos seguintes exercícios sociais:

Ano	_
2018	16.315
2019	15.248
2020	20.284
2021	26.369
2022	31.184
2023	35.109
2024	37.468
2025	39.702
2026	42.686
2027	22.233
	286.598

As principais premissas utilizadas nas projeções, em 31 de dezembro de 2017, são as que seguem:

	Premissas
Volume de vendas (% da taxa de crescimento anual)	2,5%
Preço de venda (% da taxa de crescimento anual)	1,9%
Margem bruta (% de receita)	13,8%
Taxa de crescimento - %	2,6

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas para projeções das receitas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor de fertilizantes.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota nominal dos tributos	(192.851) 	60.317 34% (20.508)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos: Benefícios fiscais e subvenções Outras	2.159 (480)	4.191 (810)
	67.248	(17.127)
Imposto de renda e contribuição social no resultado: Corrente Diferido	- 67.248	(18.577) 1.450
	67.248	(17.127)
Alíquota efetiva dos tributos	35%	28%

(d) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2016	226.095	(43.907)	182.188
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias	- 350	667 9.160	667 9.510
Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado no exercício	(8.716)		(8.716)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	217.729	(34.080)	183.649
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação desses ativos Efeito tributário sobre movimentação das diferenças temporárias Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa de	(148)	665 (2.286)	665 (2.434)
contribuição social gerado no exercício	69.017		69.017
Saldo em 31 de dezembro de 2017	286.598	(35.701)	250.897

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Instrumentos financeiros derivativos

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos representados por contratos "NDFs" e "swaps" são resumidos a seguir:

	Valor de re (nocio		Valor just	o líquido	Curva do ins	strumento	Ganhos (perdas no exerc	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Posição líquida	400.337	440.852	4.561	(12.065)	4.618	(9.143)	(55.324)	(294.180)

Os ganhos e as perdas com as operações com derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado do exercício, considerando-se o valor justo desses instrumentos (Notas 21 e 23).

(a) Descrição dos contratos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detinha contratos derivativos de "swaps" no valor nominal de R\$ 2.281 (R\$440.852 em 31 de dezembro de 2016) com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial sobre seu passivo cambial. A Companhia tem o direito de receber variação cambial do dólar norte-americano mais 7,72% ao ano. A Companhia também detinha contratos derivativos de "NDFs" no valor nominal total de R\$ 3,89 com a taxa de câmbio a termo de R\$ 3,29 para cada USD1,00, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial sobre seu passivo cambial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Vencimento dos contratos de "swaps" e NDF's

Em 31 de dezembro de 2017, os contratos derivativos descritos anteriormente possuem as seguintes datas de vencimentos:

	Dólares americanos (US\$)	Em Reais
Em 1 mês De 1 a 2 meses De 3 a 4 meses	51.839 23.461 21.166	171.483 77.609 70.017
De 5 a 6 meses	24.555	81.228
	121.021	400.337

Outros Ativos

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Créditos e precatórios em garantia (i) Outros	140.776 46.797 187.573	49.6 <u>56</u> 49.6 <u>5</u> 6
Circulante	(167.032)	(38.438)
Não circulante	20.541	11.218

(i) Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários ("precatório") decorrentes de indébito tributário federal. Foi solicitado, deferido e transitado em julgado pela Vara Federal a substituição do polo ativo à Heringer. Em 20 de junho de 2016, a Justiça Federal expediu "Requisição de Pagamento" à Heringer, para o qual a expectativa de recebimento deste por parte da Companhia era o final do exercício de 2017.

Em 8 de novembro de 2016, a Companhia realizou operação de cessão de crédito do "precatório" com instituição financeira, com opção de recompra até a data do vencimento do contrato. Nessa operação a Companhia era garantidora do valor do crédito cedido atualizado conforme acordo celebrado e registrado em Cartório, em caso de não pagamento por parte da União Federal.

Em 1º de agosto de 2017, o montante de R\$ 142.005, relativo ao precatório foi pago pela União Federal à Heringer, diretamente na conta da Companhia na instituição financeira para a qual o crédito estava cedido. Conforme previsto em contrato, a Companhia tem a opção de recompra do crédito, ainda que depois de liquidado, junto a instituição financeira que estruturou a operação. Nesse sentido, a administração realizou a baixa dos créditos tributários a receber e registrou um contas a receber da instituição financeira na rubrica de "Outros ativos".

As circunstâncias em que a apropriação do crédito foi efetuada pela instituição financeira e as opções de recompra da transação estão em discussão em Câmara Arbitral. Em caso de perda, o passivo em aberto junto à instituição financeira, no valor de R\$ 120.903 (Nota 14), será considerado liquidado pela compensação desse recebível e a diferença será reconhecida como perda, além das custas processuais. Os advogados da Companhia e os administradores entendem que o direito de recompra é líquido e certo e, portanto, classificam a chance de êxito na Câmara Arbitral como provável.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Partes relacionadas

A Fertilizantes Heringer S.A. é controlada pela Heringer Participações Ltda., que detém 51,48% das ações da Companhia; A OCP International Coöperatieve U.A. (OCP) detém 10% das ações, a PCS Sales (Canada) INC. (PCS) detém 9,5% das ações, e os 29,02% remanescentes das ações são detidos por diversos investidores, não havendo nenhum deles detendo mais de 5% de participação.

(a) Transações e saldos

As transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas e suas controladas referem-se a operações mercantis, incluindo o arrendamento de uma propriedade e outras operações, e estão resumidas a seguir:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativo	<u> </u>	
Contas a receber (i)		
Dalton Dias Heringer	117	88
Pedro Augusto Lombardi Ferreira	1	_
	118	88
Bonificações de compras		
PCS (ii)	-	1.660
OCP (ii)	-	2.431
SAFTCO	-	
JFC V-Jorf Fert. Company(ii)	-	1.709
Canpotex Limited(ii)	<u>-</u>	251
		6.051
	118	6.139

⁽i) Decorrem de vendas de produtos da Companhia, celebradas no curso normal dos seus negócios e estão registradas na rubrica contas a receber de clientes do balanço patrimonial.

⁽ii) Decorrem de bonificações por performance, de acordo com contrato de fornecimento entre as partes e estão registradas na rubrica "bonificações de compras" do balanço patrimonial.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Passivo		
Contas a pagar (i)		
OCP	210.443	112.742
OCP Fertilizantes Ltda	6.445	-
SAFTCO	24.395	-
JFC V-Jorf Fert. Company	-	51.536
Canpotex Limited	33.336	253.018
	274.619	417.296
Empréstimos – mútuo (ii)		
Dalton Dias Heringer	33.388	29.665
Dalton Carlos Heringer	6.663	5.919
Juliana Heringer Rezende	5.724	5.085
Eny de Miranda Heringer	6.678	5.933
	52.453	46.602
	327.072	463.898

- (i) Decorrem de compras de insumos, celebradas no curso normal dos seus negócios e estão registradas na rubrica fornecedores do balanço patrimonial.
- (ii) Os empréstimos (mútuos) a pagar para partes relacionadas estão registrados na rubrica "empréstimos e financiamentos" do balanço patrimonial.

Resultado	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Receita de vendas		
Dalton Dias Heringer (i)	640	381
Pedro Augusto Lombardi Ferreira	4	-
Paulo de Araujo Rodrigues	4	2
	648	383
Custo dos produtos vendidos		
Dalton Dias Heringer (i)	(1.872)	(920)
Paulo de Araujo Rodrigues	(3)	(1)
Pedro Augusto Lombardi Ferreira	(3)	
	(1.878)	(921)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de	31 de dezembro de
Resultado	2017	2016
Outras receitas operacionais		
OCP (ii)	4.623	1.489
SAFTCO	246	-
JFC V-Jorf Fert.Company (ii)	723	1.753
Canpotex Limited	-	65
Dalton Dias Heringer	23	21
	5.615	3.328
Despesas Financeiras		
Juros – Empréstimos - Mútuo	(5.851)	(4.503)
	(5.851)	(4.503)
Compras		
PCS	219	27.761
OCP	355.382	323.622
OCP Fertilizantes Ltda	57.914	-
SAFTCO	24.625	-
JFC V-Jorf Fert.Company	68.059	178.139
Canpotex Limited	33.130	355.176
Dalton Dias Heringer	117	148
	539.446	884.846

- (i) São decorrentes da venda de subprodutos originados no processo produtivo.
- (ii) Bonificações por performance.

Durante o primeiro trimestre de 2015, a Companhia assinou junto aos atuais acionistas OCP e PCS contratos para compra de fertilizantes fosfatados e fertilizantes potássicos, respectivamente, cuja vigência é de 10 anos (renováveis por mais cinco anos). O contrato com a OCP prevê o volume mínimo de 320 mil toneladas por ano.

Em dezembro de 2016, a Companhia aprovou o aditamento ao Contrato com a Canpotex (controlada da PCS), por meio do qual a Companhia e a Canpotex acordam determinados prazos de pagamento referentes ao fornecimento de produtos e determinam juros remuneratórios. A Companhia também aprovou a celebração de Contrato com a OCP, por meio do qual a Companhia obtém linha de crédito, relacionada ao contrato comercial de fornecimento de compra e venda de fertilizantes fosfatados bem como determina juros remuneratórios. Por esses contratos há garantias prestadas em relação a contas a pagar envolvendo partes relacionadas (Nota 11).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Remuneração do pessoal chave da administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o total da remuneração do pessoal chave da administração foi como segue:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Salários e encargos	4.097	3.805
Honorários dos administradores	2.779	2.691
Participação nos lucros	224	206
Plano de previdência privada	347	346
Outros	126	119
	<u> 7.573</u>	7.167

11. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

	Taxas de depre	ciação - % ao ano
	Nominal	Média ponderada
Edifícios e construções	De 1,5 a 25	3,01
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	De 4 a 50	12,57
Outros	De 10 a 25	18,68

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram adquiridos imobilizados no montante de R\$7.708 (R\$20.950 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016) com créditos de ICMS.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alguns itens do imobilizado, no montante de R\$273.539 de dezembro de 2017 (R\$231.843 em 31 de dezembro de 2016), estão dados em garantia de operações com fornecedores, inclusive partes relacionadas, e de empréstimos e financiamentos.

Testes do ativo imobilizado para verificação de impairment

O ativo imobilizado é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), identificadas de acordo com os segmentos operacionais (Nota 26). Segue um resumo da alocação do ativo imobilizado por nível de segmento operacional, em 31 de dezembro de 2017:

	Industrial (i)	Misturadoras (ii)	Total
Ativo imobilizado	43.026	464.540	507.566

(i) UGC Industrial

O valor recuperável da UGC do segmento industrial é determinado pelo valor de mercado menos os custos de vendas dos ativos. A administração da Companhia, contratou empresa especializada para auxiliá-la na determinação do valor de mercado menos os custos de vendas dos ativos relacionados ao segmento industrial. O valor de realização foi determinado, por meio da aplicação de procedimentos de cotação dos valores de mercados de itens semelhantes de cada grupo de ativo imobilizado que compõem o saldo testado. Como resultado dos testes realizados, nenhum ajuste ao valor recuperável ("impaiment") se fez necessário.

(ii) UGC Misturadoras

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos utilizam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros nominais para um período de 18 anos, prazo médio de vida útil dos principais ativos imobilizados da UGC. As taxas de crescimento de volumes de vendas utilizados não excedem as taxas de crescimento médias do segmento de fertilizantes no qual a UGC atua.

As principais premissas utilizadas nos cálculos dos valores em uso, em 31 de dezembro de 2017, são as que seguem:

	Misturadoras
Volume de vendas (% da taxa de crescimento anual)	2,5%
Preço de venda (% da taxa de crescimento anual)	1,9%
Margem bruta (% de receita)	13,8%
Outros custos operacionais - R\$	558.059
Dispêndio anual máximo para aquisição de imobilizado - R\$ mil	20.000
Taxa de crescimento - %	2,6
Taxa de desconto - %	20,4%
Valor recuperável da UGC - R\$	1.192.415

Essas premissas foram usadas para a análise da UGC, conforme descrito anteriormente. A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas para projeções das receitas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor de fertilizantes. As taxas de descontos utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação ao segmento operacional.

Como resultado dos testes realizados, nenhum ajuste ao valor recuperável ("*impaiment*") se fez necessário.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais	Outros	Imobilizações em andamento (i)	Adiantamento a fornecedor	Total
Em 1º de janeiro de 2016 Aquisições	66.340 -	278.904	147.540 1.260	13.863 1.128	65.904 43.544	581 4.510	573.132 50.442
Baixas	-	(2.892)	(14.666)	(533)	-	(5.061)	(23.152)
Depreciação	-	(10.135)	(37.411)	(3.718)	-	-	(51.264)
Transferências		37.025	43.904	856	(81.785)		
Em 31 de dezembro de 2016	66.340	302.902	140.627	11.596	27.663	30	549.158
Em 1º de janeiro de 2017	66.340	302.902	140.627	11.596	27.663	30	549.158
Aquisições	-	42	970	3.139	16.179	8.394	28.724
Baixas (ii)	-	(1.938)	(15.420)	(493)	(5)	-	(17.856)
Depreciação	-	(10.712)	(37.968)	(3.780)	-	-	(52.460)
Transferências		12.920	6.004		(16.559)	(2.365)	
Em 31 de dezembro de 2017	66.340	303.214	94.213	10.462	27.278	6.059	507.566
Saldo em 31 de dezembro de 2016							
Custo	66.340	361.109	339.731	32.179	27.663	30	827.052
Depreciação		(58.207)	(199.104)	(20.583)	<u>-</u>		(277.894)
Valor residual líquido	66.340	302.902	140.627	11.596	27.663	30	549.158
Saldo em 31 de dezembro de 2017							
Custo	66.340	370.424	320.933	32.362	27.278	6.059	823.396
Depreciação		(67.210)	(226.720)	(21.900)			(315.830)
Valor residual líquido	66.340	303.214	94.213	10.462	27.278	6.059	507.566
(ii) Baixas		(1.938)	(15.420)	(493)	(5)		(17.856)
- Custo - Depreciação	-	(3.647) 1.709	(25.772) 10.352	(2.957) 2.464	(5)	-	(32.381) 14.525

⁽i) Em 31 de dezembro de 2017, as imobilizações em andamento referem-se, substancialmente à: (a) adequação nas unidades de Paranaguá – PR; (b) construção de galpão para matéria prima na unidade de Iguatama – MG; (c) adequação na unidade de Paulinia – SP; e (d) adequação na unidade de Porto Alegre – RS. Para conclusão dessas obras, a Companhia possui compromissos já firmados com empreiteiros e outros fornecedores que montam a R\$3.780 (R\$818 em 31 de dezembro de 2016). Tais compromissos serão pagos com recursos próprios e com recursos obtidos com instituições financeiras.

⁽ii) As baixas são compostas, principalmente, pela alienação de veículos e máquinas pesadas no montante de R\$ 14.123.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contas a pagar no país Contas a pagar no exterior (i)	205.545 824.291	166.680 811.86 <u>5</u>
	1.029.836	978.545

(i) A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores no exterior. Esses títulos estão denominados, substancialmente, em dólares norte-americanos (Nota 24 (b)).

O ajuste a valor presente no valor de R\$11.250 (R\$10.754 em 31 de dezembro de 2016) foi calculado tomando como base todas as operações de compra com fornecedores, nacionais e no exterior, com prazo superior a 30 dias e juros nominais variáveis acordados com cada fornecedor, utilizando o método de fluxo de caixa descontado.

13. Operações de "Forfait"

A Companhia possui contratos firmados com bancos para estruturar com os seus principais fornecedores a operação denominada "forfait". Nessas transações os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. Considerando as características de tais transações e cientes do Ofício Circular CVM nº 01/2018 de 10 de janeiro de 2018, a Companhia apresenta os montantes dessas transações em rubrica específica no passivo circulante. Os prazos e condições estão apresentados abaixo.

_	Taxa de juros	Prazo médio	31/12/2017	31/12/2016
Forfait US\$ 55.149 mil (US\$57.901 mil em 31 de dezembro de 2016)	VC + 6.02% a.a.	177 dias	182.434	188.706

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os valores contábeis e valor justo dos empréstimos e financiamentos estão descritos na Nota 23.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum contrato com cláusula restritiva financeira.

	Taxa de juros contratual	Taxa de juros efetiva	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Moeda estrangeira				
Financiamentos de importação (i) Fixo US\$ 196.578 (US\$179.522 em 31 de dezembro de 2016)	VC + 3, 7 % a.a.	VC + 6,8 % a.a.	650.279	585.081
Capital de Giro Fixo US\$(US\$7.869 em 31 de dezembro de 2016)	-	-	-	25.645
Moeda nacional				
Capital de giro (ii)	274.9% do DI a.a.	274,9% do DI a.a.	461.188	325.911
Finame Operações de Crédito Rural (iii) Outras obrigações	5,4 % a.a. 10,8% a.a. VC+Libor+3,0% a.a.	5,4 % a.a. 10,8% a.a. VC+Libor+3,0% a.a.	3.803 5.643 8.363	5.973 18.713 15.211
BNDES Mútuo	159,0% do DI a.a. 10,5% a.a.	159,0% do DI a.a. 10,5%.a.a.	48.698 52.453	30.132 46.602
Circulante			1.230.427 (1.127.117)	1.053.268 (858.662)
Não circulante			103.310	194.606

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo, seguem informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

i) Financiamentos de importação

Financiamentos contratados junto a instituições financeiras para financiar a importação de matériasprimas. O prazo de pagamento é de até 360 dias da data de conhecimento de embarque das matériasprimas no exterior ou da data do desembolso da operação (prazo médio em 31 de dezembro de 2017 de 177 dias). Em 31 de dezembro de 2017, 22,1% (24,8% em 31 de dezembro de 2016) do montante financiado está garantido por recebíveis da Companhia, entretanto, o saldo remanescente não possui garantias.

ii) Capital de giro

Refere-se à operação de empréstimos com instituições financeiras, sendo que, em 31 de dezembro de 2017, 86% do saldo tem vencimento em 2018 e 14% vencimento até 2020. Em 31 de dezembro de 2017, 15% (20% em 31 de dezembro de 2016) do montante de capital de giro estão garantidos por recebíveis, 38% das operação de FIDC, 7% estão garantidos por imóveis rurais do grupo de controle e o saldo remanescente não possui garantias.

iii) Operações de crédito rural

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador com garantia da Companhia), efetuadas com seus clientes preferenciais e consignadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia garantidora dessas operações. Do total de R\$ 5.643 de operações de crédito rural em 31 de dezembro de 2017, 100% estavam cobertos por seguro de crédito, para eventuais perdas.

iv) Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
2017 2018 2019 2020 em diante	1.127.117 68.471 34.839	858.661 156.696 37.911
	1.230.427	1.053.268

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

v) Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos

	Moeda estra	Moeda nacional							
	Financiamento de importação	Capital de Giro	Capital de giro nacional	Finame	Operações de Crédito Rural	Outras obrigações	BNDES	Mútuo	Total
Em 1º de janeiro de 2017	585.081	25.645	325.911	5.973	18.713	15.211	30.133	46.602	1.053.269
Captações (-) Pagamento de principal,	1.183.736	0	1.277.261	0	11.696	4.405	22.919	0	2.500.017
incluindo variação cambial	(1.114.216)	(24.317)							(2.309.860)
realizada			(1.127.135)	(2.165)	(21.024)	(14.995)	(6.008)	0	
(-) Pagamento de juros	(41.556)	(433)	(65.620)	(288)	0	0	(2.689)	0	(110.586)
Provisão de juros	23.594	(895)	50.771	282	0	0	4.344	5.851	83.947
Variação cambial não realizada	13.640	0	0	0	0	0	0	0	13.640
Em 31 de dezembro de 2017	650.279	0	461.188	3.802	9.385	4.621	48.699	52.453	1.230.427

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Zim minutes de reurs) enecto quando marcado de outra rorma

15. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a provisão para contingências era composta como segue:

	31 de dezembro de 2017	dezembro de 2016 (Reclassificado Nota 2.2.6)
Contingências de naturezas: Tributárias e administrativas (-) Depósitos judiciais	333	1.825 (1.037)
	333	788
Trabalhistas e previdenciárias (a) (-) Depósitos judiciais	31.216 (5.851)	24.729 (4.441)
	25.365	20.288
Cíveis e ambientais (-) Depósitos judiciais	1.139	976 (51)
	1.139	925
Total da provisão para contingências (-) Depósitos judiciais	32.688 (5.851)	27.530 (5.529)
	26.837	22.001

(a) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

i) Movimentação da provisão para contingências

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a movimentação da provisão para contingências foi como segue:

	31 de dezembro <u>de 2017</u>	31 de dezembro de 2016
Saldo inicial Provisões, líquida Atualização monetária	27.530 411 4.747	16.119 3.120 8.291
Saldo final	32.688	27.530

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii) Depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Tributários e administrativos	16.143	14.824
Cíveis e ambientais	4.103	5.808
Previdenciários	3.464	3.316
Trabalhistas	7.288	6.085
	30.998	30.033
Classificados como redutores da provisão para contingência	(5.851)	(5.529)
Saldo de Depósitos Judiciais – Ativo Não Circulante	25.147	24.504

iii) Passivos contingentes

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

	31 de dezembro <u>de 2017</u>	31 de dezembro de 2016
Tributárias e administrativas (i) Trabalhistas e previdenciárias (ii) Cíveis e ambientais (iii)	149.838 102.026 84.952	304.102 80.603 117.772
	336.816	502.477

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.

- (i) As ações tributárias e administrativas referem-se, substancialmente, a discussões envolvendo PIS, COFINS, IRPJ e CSLL no montante de R\$ 130.605 e ICMS, no montante de R\$ 15.183, , em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa.
- (ii) As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por ex-funcionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.
- (iii) As ações cíveis e ambientais estão substancialmente relacionadas à Ação Civil Pública na unidade de Paranaguá e pedidos de indenizações dos moradores das comunidades próximas a fábrica.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iv) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos

Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado.

O valor incontroverso do crédito no montante de R\$ 138.454, dado em garantia em transação financeira, foi recebido em 1º de agosto de 2017. A Companhia já exerceu a opção de recompra do crédito (Nota 9), junto a instituição financeira que estruturou a operação.

v) Ação Civil Pública na unidade de Paranaguá - PR

Em fevereiro de 2009, os Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná propuseram Ação Civil Pública em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR, e que atualmente encontra-se aguardando decisão final de 1ª Instância (sentença).

Amparada na posição de seus consultores jurídicos, que entendem como remotas as chances de perda no que tange à solicitação dos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área e possíveis as chances de perda da Companhia nos demais itens do processo, nenhuma provisão para perdas foi efetuada sobre os ativos da referida unidade. Em 31 de dezembro de 2017, o valor atualizado da ação era de R\$ 16.403 (R\$16.090 em 31 de dezembro de 2016).

16. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$800.000.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$585.518 está representado por 53.857.284 ações.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações que foi registrado na data de transição para CPCs e IFRS.

(c) Destinação dos resultados e reservas de lucros - incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2017, o montante que seria destinado à reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R\$17.784, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Até 31 de dezembro de 2017, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, deverão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008 a 2014	2015	2016	2017	Total
DODI (')					0
PSDI (i)	159.488	19.575	17.970	11.513	208.546
Desenvolve (ii)	-	-	3.946	6.271	10.217
Outros incentivos recebidos (iii)	5.457	-	1.228	-	6.685
	164.945	19.575	23.144	17.784	225.448

Beneficio fiscal de redução de ICMS:

- (i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de dezembro de 2028.
- (ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.
- (iii) Redução de 75% do imposto de renda a recolher, com base no lucro da exploração por período de 10 anos a contar da data da concessão, por força do artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, obtidos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste SUDENE e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia SUDAM: (a) em 2011 o benefício foi concedido para a unidade de Camaçari BA e tem duração garantida até 2020; (b) a partir de 2014, o benefício foi concedido para as duas unidades de Rondonópolis MT e tem duração garantida até 2023; e (c) a partir de 2016 o benefício foi concedido para a unidade de Candeias BA e tem duração garantida até 2025.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena da perda dos beneficios.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares, exceto valores por ação):

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	(125.604)	43.190
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	53.857	53.857
Resultado básico e diluído por ação ordinária – R\$	(2,3322)	0,8019

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidoras que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária. Não há diluição de prejuízos.

18. Receita operacional líquida

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, ou seja, para casos de vendas FOB ("Free on Board"), a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira, com transportes próprios, a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF ("Cost, Insurance and Freight"), a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Vendas brutas de produtos (-) Deduções da receita bruta de vendas:	4.869.735	5.273.230
Devoluções das vendas Impostos sobre as vendas Incentivos fiscais ICMS (PSDI) Incentivos fiscais ICMS (Desenvolve)	(22.454) (75.342) 11.513 6.271	(20.093) (80.083) 17.970 3.946
	4.789.723	5.194.970

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Custo e despesas por natureza

As bonificações decorrentes de compras de matérias-primas, concedidas pelos fornecedores, são reconhecidas como redutora de custos na rubrica "Custo dos produtos vendidos", no resultado do exercício, na medida em que a Companhia adquire o direito ao seu recebimento, mediante o atendimento dos volumes de compra e outros parâmetros preestabelecidos.

Os gastos relativos a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriados aos custos dos estoques e posteriormente ao custo dos produtos vendidos quando da venda destes. As despesas com frete relacionadas à entrega da mercadoria, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

Demais custos são apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
4.106.508	4.334.917
184.571	179.343
224.252	210.277
75.134	81.192
52.781	51.776
8.457	7.829
585	636
6.628	5.627
120.396	127.449
4.779.312	4.999.046
4.330.049	4.557.742
348.181	340.309
101.082	100.995
4.779.312	4.999.046
	dezembro de 2017 4.106.508 184.571 224.252 75.134 52.781 8.457 585 6.628 120.396 4.779.312 4.330.049 348.181 101.082

⁽i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram adquiridos insumos $\overline{\text{no montante de R}}$ $\overline{\text{2.443 (R\$2.801 em 31 de dezembro de 2016) com créditos de ICMS.}$

20. Variação cambial, líquida

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício em "Despesas financeiras, líquidas".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Variação cambial ativa Variação cambial passiva	138.275 (159.558)	545.108 (283.352)
	(21,283)	261.756

21. Despesas e receitas financeiras

As receitas (despesas) financeiras com juros são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

As demais receitas (despesas) financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência.

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Despesas financeiras		
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(180.579)	(309.436)
Juros sobre passivos financeiros e descontos concedidos	(149.487)	(140.388)
Despesas com ajustes a valor presente	(54.021)	(61.675)
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(45.708)	(44.746)
Variações monetárias passivas	(226)	851
	(430.021)	(555.394)
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	19.605	36.988
Receitas com ajustes a valor presente	63.932	89.852
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	125.255	15.255
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.308	1.725
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	9.236	12.333
	219.336	156.153
	(210.685)	(399.241)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Despesas com empregados

As despesas com empregados estão demonstradas a seguir:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ordenados e salários	134.022	125.111
Custos de previdência social	34.738	32.420
Benefícios previstos em Lei	18.256	17.151
Benefícios adicionais (i)	37.236	<u>35.595</u>
	224.252	210.277
Participação nos resultados	8.457	7.829
	232.709	218.106

(i) Assistência médica, seguro de vida, previdência complementar (contribuição definida), pecúlio e alimentação.

23. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, incluindo operações de "vendor" e crédito rural. Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações com "swaps" e "NDFs".

Segue a composição dos instrumentos financeiros por categoria:

		31 d	e dezembro de 2017
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	66.850	66.850
Contas a receber de clientes Outros ativos, excluindo adiantamentos	-	437.707	437.707
realizados	-	177.325	177.325
Depositos judiciais	-	25.147	25.147
Dep. Judiciais, redutor da prov. conting.	-	5.851	5.851
Instrumentos financeiros derivativos	5.368	_	5.368
	5.368	712.880	718.248

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		21 de d	lezembro de 2017
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	-	1.230.427	1.230.427
Fornecedores	-	1.029.836	1.029.836
Forfait Outros passivos, excluindo pagamentos	-	182.434	182.434
antecipados	_	59.684	59.684
Instrumentos financeiros derivativos	807	59.004	59.004 807
mstrumentos maneenos derivativos		_	
	807	2.502.381	2.503.188
		31 de d	ezembro de 2016
	Ativos mensurados ao valor justo por	Empréstimos e	
	meio do resultado	recebíveis	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	64.550	64.550
Contas a receber de clientes	-	467.068	467.068
Outros ativos, excluindo adiantamentos			
realizados	-	33.605	33.605
Depósitos judiciais	-	24.504	24.504
Dep. Judiciais, redutor da prov. conting.		5.529	5.529
Instrumentos financeiros derivativos		<u> </u>	222
	222	595.256	595.478
		31 de d	ezembro de 2016
	Passivos mensurados	Outros	
	ao valor justo através	passivos	
	do resultado	financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	-	1.053.269	1.053.269
Fornecedores	-	978.545	978.545
Forfait	-	188.706	188.706
Outros passivos, excluindo pagamentos		46.60=	46.60=
antecipados Instrumentos financeiros derivativos	10.00=	46.607	46.607
msu umentos mianceiros derivativos	12.287	·	12.287
	12.287	2.267.127	2.279.414

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

	31 de deze	embro de 201 <u>7</u>
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	66.850	66.850
Contas a receber de clientes	437.707	437.707
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	177.325	177.325
Depósitos judiciais	25.147	25.147
Depósitos Judiciais, redutor da provisão para contingência	5.851	5.851
Instrumentos financeiros derivativos	5.368	5.368
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	1.230.427	1.230.427
Fornecedores	1.029.836	1.029.836
Forfait	182.434	182.434
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	59.684	59.684
Instrumentos financeiros derivativos	807	807
	31 de deze	embro de 2016
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	64.550	64.550
Contas a receber de clientes	467.068	467.068
Outros ativos, excluindo adiantamentos realizados	33.605	33.605
Depositos judiciais	24.504	24.504
Depósitos Judiciais, redutor da provisão para contingência	5.529	5.529
Instrumentos financeiros derivativos	222	222
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	1.053.269	1.053.269
Fornecedores	978.545	978.545
Forfait	188.706	188.706
	•	
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados Instrumentos financeiros derivativos	46.607 12.287	46.607 12.287

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos empréstimos e financiamentos é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Vide Nota 14 para mais detalhes.
- O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Vide Nota 8 para mais detalhes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Hierarquia de valor justo - Instrumentos financeiros derivativos

	31 de dezembro de 2017	dezembro	
	Nível II	Nível II	
Ativo avaliado a valor justo	5.368	222	
Passivo avaliado a valor justo	(807)	(12.287)	

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não havia outros ativos e passivos avaliados a valor justo.

24. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

(a) Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco de câmbio.

A Companhia monitora e avalia seus contratos derivativos diariamente e ajusta a estratégia de acordo com as condições de mercado. A Companhia também revisa periodicamente os limites de crédito e a capacidade financeira de seus clientes. Em virtude dessas políticas estabelecidas para os derivativos, a Administração considera improvável a exposição a riscos não mensuráveis.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um Comitê de Política de "Hedge", encarregado do gerenciamento de risco dessas operações, e contam com assessoria externa de empresa especializada. Tal comitê é um órgão técnico e consultivo de funcionamento permanente com o objetivo de auxiliar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas a análises periódicas de medidas de proteção contra variações de taxas de câmbio e de taxas de juros, em análise dos efeitos de tais variações em nossas receitas e despesas. O Comitê de Política de "Hedge" avalia, ainda, a eficácia de nossas medidas de "hedge" adotadas a cada mês e dá recomendações com relação a variações futuras de "hedge".

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para proteção de fluxo de caixa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros no longo prazo, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são pouco afetados pelas mudanças nas taxas de juros do mercado.

Risco com taxa de câmbio

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores das operações em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os ativos e passivos em moeda estrangeira, os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais e a exposição líquida ao risco com taxa de câmbio, são resumidos como a seguir:

	Prazos para o impacto financeiro previsto	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Importação em andamento (Nota 5) US\$ 20.325 (US\$55.025 em 31/12/2016) Fornecedores no exterior (Nota 12)	Até 35 dias	(67.235)	(179.332)
U\$\$ 259.483 (U\$\$247.596 em 31/12/2016) Forfait (Nota 13) U\$\$ 55.149 (U\$\$57.901 em 31/12/2016) Empréstimos e financiamentos (Nota 14) Financiamentos de importação (Nota 14)	Até 177 dias Até 177 dias	858.370 182.434	811.865 188.706
U\$ 196.578 (U\$\$179.522 em 31/12/2016) Capital de giro U\$\$ (U\$\$7.869 em 31/12/2016) Demais contas a pagar (receber), líquidas	Até 177dias	650.279 -	585.081 25.645
(US\$ 2.878) (US\$4.139 em 31/12/2016)	Até 270 dias	(9.520)	13.488
		1.614.328	1.445.453
Instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais (Nota 8)			
US\$ 121.021 (US\$135.268 em 31/12/2016)	Até 172dias	(400.338)	(440.852)
Exposição líquida	1	1.213.990	1.004.601

Devido à relevância das importações de matérias-primas no contexto das operações da Companhia, a volatilidade da taxa de câmbio representa um risco relevante às suas operações. O não repasse dos impactos de eventual desvalorização do Real, ou o repasse de eventual valorização do Real aos preços de venda pode resultar em reduções significativas das margens de lucro praticadas e consequente risco relevante às operações da Companhia. Em um cenário de matérias-primas com preços estáveis em dólar norte-americano no mercado internacional, o estoque da Companhia permite um "hedge" natural para os passivos lastreados em moeda estrangeira.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Visando minimizar os riscos de taxa de câmbio, a Companhia tem participado de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, contratados junto a instituições financeiras, que se destinam a reduzir sua exposição a riscos de mercado e de moeda. Esses instrumentos financeiros referem-se a derivativos que representam compromissos futuros para compra e venda de moedas ou indexados em datas contratualmente especificadas.

O volume da proteção contratado em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é resultado da decisão do Conselho de Administração da Companhia, subsidiado pelo Comitê de Política de "*Hedge*".

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e *ratings* previamente estabelecidos, e contratando operações de derivativos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A qualidade do crédito dos demais ativos financeiros que não estão vencidos e não possuem perdas pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito efetuadas pela empresa Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimentos (Riskbank), quando houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
Baixo risco para longo prazo	63.316	63.045
Baixo risco para médio prazo	<u>3.534</u>	1.505
	66.850	64.550
Ativos financeiros derivativos		
Baixo risco para longo prazo	5.368	222
	5.368	222

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

Visando atender às vendas com o prazo da safra de seus clientes, a Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros para garantia de liquidez. Esses instrumentos contam com o aval do Conselho de Administração da Companhia, que estão consignados na rubrica "Contas a receber de clientes" e não possuem diferenças relevantes em relação ao seu valor de mercado.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia e os passivos financeiros derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, exceto pelos empréstimos e financiamentos.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Empréstimos e financiamentos	1.254.826	66.591	46.611	2.380
Fornecedores	1.064.284			
Forfait	182.434			
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados Instrumentos financeiros	59.684			
derivativos	807			
Em 31 de dezembro de 2016				
Empréstimos e financiamentos	846.429	158.048	77.629	2.252
Fornecedores	978.545	-	-	-
Forfait	188.706	-	-	-
Outros passivos, excluindo pagamentos antecipados	46.607			
Instrumentos financeiros				
derivativos	12.287	-	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros e derivativos

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I - provável:

- Instrumentos com risco cambial os cenários prováveis consideram a taxa de câmbio de R\$ 3,34/US\$, com base no relatório semanal FOCUS divulgado pelo Banco Central (BC) e a taxa de CDI de 6,89% ao ano, observadas no fechamento de 31 de dezembro de 2017, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo trimestre, e os demais cenários foram construídos a partir dessas taxas.
- Instrumentos com risco de taxa de juros manutenção da taxa em virtude de contexto econômico e disponibilidades ofertadas pelas instituições financeiras durante o exercício.

Tais análises consideram os ganhos e as perdas a auferir para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento dos contratos, demonstradas entre parênteses, caso a cotação do dólar norte-americano e a taxa de CDI varie de acordo com os percentuais abaixo indicados.

Instrumentos financeiros derivativos - derivativos de cambiais

	Impacto no re	Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido - Cenários					
	II	II III Provável		II	III		
Cotação do dólar	-25% R\$ 2,5050	-50% R\$ 1,6700	R\$ 3,3400	25% R\$ 4,1750	50% R\$ 5,0100		
"Hedge" - "swap" "Hedge" - "NDFs" Ganho (perda), líquido	(601) (100.451) (101.052)	(1.202) (200.903) (202.105)	23 3.850 3.873	601 100.451 101.052	1.202 200.903 202.105		

Instrumentos financeiros não derivativos

• Câmbio

	Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido - Cenários					
	II	III	Provável	II	III	
	-25%	-50%		25%	50%	
Cotação do dólar	R\$ 2,5050	R\$ 1,6700	R\$ 3,3400	R\$ 4,1750	R\$ 5,0100	
Fornecedor no exterior, líquido de importação em trânsito	199.697	399.394	(7.653)	(199.697)	(399.394)	
Forfait	46.049	92.099	(1.765)	(46.049)	(92.099)	
Financiamento de importação	164.143	328.285	(6.290)	(164.143)	(328.285)	
Demais contas a pagar	(7.950)	(15.900)	305	7.950	15.900	
Ganho (perda), líquido	401.939	803.878	(15.403)	(401.939)	(803.878)	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de endividamento. Conforme definido no estatuto social, na letra "i" do artigo 18, o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 25% da receita operacional bruta do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do Conselho de Administração. O Conselho de Administração autorizou a Companhia a elevar seu índice de endividamento para até 30% da receita operacional bruta do último exercício encerrado, com validade até 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2017, esse índice ficou em 23,33% (16,2% em 31 de dezembro de 2016).

25. Cobertura de seguros

Por entender que a possibilidade de ocorrência de sinistro é remota, a Companhia adota a política de não manter cobertura de seguro para todos os seus ativos. No entanto, a Companhia possui apólices de seguro para a unidade de produção de Paranaguá - PR com limite máximo de indenização de R\$9.000, para unidades de Candeias - BA e Viana - ES com limite máximo de indenização de R\$67.000, para as unidades de Dourados - MS, Catalão - GO, Rio Verde - GO, Porto Alegre - RS, Manhuaçu - MG, Três Corações - MG e Uberaba - MG com limite máximo de indenização de R\$56.961, para as unidades de Paulínia com limite máximo de indenização de R\$29.500, para a frota de veículos com limite máximo de indenização de R\$100, para os equipamentos financiados pelo Finame com limite máximo de indenização de R\$12.772, e para parte do contas a receber, crédito rural, com limite máximo de indenização de R\$150.000.

Adicionalmente, a Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores com limite máximo de indenização de R\$20.000.

26. Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: o presidente do Conselho de Administração, o presidente executivo da Companhia e membro do Conselho de Administração e os demais membros do Conselho de Administração.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Diretoria Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de processo produtivo, compostos por dois segmentos: (i) Industrial, compreendendo a planta de produção de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples - SSP localizada em Paranaguá; e (ii) Misturadoras, segmento este composto pelas 19 unidades misturadoras da Companhia.

As informações por segmento de negócios, revisadas pelos principais tomadores de decisão e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são as seguintes:

	Exercício findo em 31/12/2017			Exercício findo em 31/12/2016			
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total	
Receita bruta de vendas Deduções e impostos sobre vendas		4.869.735 (80.012)	4.869.735 (80.012)		5.273.231 (78.260)	5.273.231 (78.260)	
Receita líquida de vendas		4.789.723	4.789.723		5.194.970	5.194.970	
Custos dos produtos vendidos	(26.296)	(4.303.753)	(4.330.049)	(21.735)	(4.536.008)	(4.557.742)	
Lucro (prejuízo) bruto	(26.296)	485.970	459.674	(21.735)	658.962	637.228	
Despesas operacionais Despesas financeiras, líquidas			(420.558) (231.968)			(439.426) (137.485)	
Lucro (prejuízo) operacional			(192.852)			60.317	
Imposto de renda e contribuição social			67.248			(17.127)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício			(125.604)			43.190	
Depreciação e amortização	10.596	42.186	52.782	10.680	41.096	51.776	
EBITDA	(15.700)	107.598	91.898	(11.055)	260.633	249.578	

Como antes mencionado, o segmento industrial destina-se atualmente a atender às necessidades do segmento de Misturadoras. Dessa forma, as vendas do segmento industrial para as misturadoras são mensuradas considerando o preço de mercado dos produtos à época da venda. Não há receita para os exercícios apresentados, considerando a paralisação da planta (Nota 15). A receita do segmento de Misturadoras informada aos principais tomadores de decisão foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado e excluem as receitas originadas no segmento industrial.

Os ativos por segmento de negócio podem ser assim demonstrados.

	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016			
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total	
Estoques	1.558	768.467	770.025	3.164	700.216	703.380	
Imobilizado e Intangível	43.026	464.540	507.566	53.689	502.373	556.062	
Demais ativos	-	1.667.457	1.667.457		1.596.102	1.596.102	
Total dos ativos	44.584	2.900.464	2.945.048	56.853	2.798.691	2.855.544	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não há informações disponíveis sobre os passivos por segmento, a Administração analisa os passivos como um todo, por entender que não há, no momento, relevância na análise desses saldos por segmento.

Em função de uma Ação Civil Pública proposta pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual do Paraná (vide Nota 15), em que se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR, o resultado do segmento Industrial está negativamente impactado pela paralisação da referida planta.

Atualmente, por força de medida liminar, portanto provisória, datada de 28 de abril de 2010, a Unidade de Acidulação, Granulação e Conversão de Enxofre encontra-se paralisada, como noticiado inclusive via fato relevante. No entanto, a Unidade de Mistura de Paranaguá encontra-se liberada e em funcionamento.

A produção anual da unidade industrial de Paranaguá - PR é de cerca de 250 mil toneladas (não auditado) de SSP (super fosfato simples) e 200 mil toneladas (não auditado) de ácido sulfúrico, o que atualmente representa cerca de 40% da nossa necessidade de SSP (não auditado), ou seja, 6% do total do nosso consumo de matérias-primas de fertilizantes (não auditado). No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a depreciação da fábrica registrada no resultado foi de R\$10.596 (2016 - R\$10.680).

* * *